

### 3. Paisagens

Surgiu, nos finais do século XIX, a preocupação com a variabilidade espacial do registo arqueológico, a perspectiva cartesiana do mundo e do Homem, com a clara distinção entre o *corpo* e a *mente*, entre a *natureza* e a *cultura*, dominou o pensamento ocidental reflectindo-se na leitura arqueológica da paisagem.

A arqueologia admitia a necessidade de compreender o lugar, para compreender o passado. Contudo, equacionava a Natureza como um elemento passivo na formação da cultura humana. Esta era encarada como uma dimensão exterior ao Homem: “*an abstract dimension or contain in which human activities and events took place*” (Tilley, 1994, p. 9).

A escolha de determinados locais para a habitação e localização de monumentos justificava-se, apenas, com o recurso a argumentos de cariz ambiental, funcional e economicista, explicados por desajustados modelos de *site catchment analysis*, importados das ciências naturais, num contexto que se pretendia interdisciplinar.

Assim, a arqueologia limitava a sua análise à *aparência da paisagem*, estudando-a como algo apartado do sistema cultural, embora lhe fosse reconhecida a possibilidade de actuar como um factor propiciador de mudança, podendo mesmo condicionar a evolução tecnológica e demográfica de uma comunidade.

O recente reposicionamento teórico da arqueologia, tende a estudar a paisagem como uma construção social, considerando a sua dimensão económica, territorial e simbólica (Criado Boado e Villoch Vázquez, 1998, p. 1).

O Homem e a natureza são considerados como componente de um todo interdependente. Tal como é um erro dividir a *mente* do *corpo*, não se podem seccionar as pessoas do espaço que estas ocupam “*our relationship with places are rather like relationships with other human beings*” (Thomas, 1996, p. 88).

A paisagem perde a sua dimensão estática torna-se num espaço dinâmico em constante interligação dialéctica com a acção humana. É uma presença permanente não só nas actividades diárias, mas também no imaginário e na consciência social. A paisagem é composta por lugares nomeados (sejam eles espaços naturais ou artificialmente modificados), associados a memórias que os humanizam e aculturam, conjugando a topografia, as árvores, as pedras, os rios, os pássaros e os animais com padrões de intencionalidade humana (Tilley, 1994, p. 23).

Os lugares — insisto — são referências na paisagem, possuem uma biografia em constante actualização dentro da memória colectiva, que interpreta e catalisa os eventos e as funções que lhe surgem associadas.

São estes lugares significantes que ajudam a sustentar a coesão e a identidade de um grupo, criando afectividades em relação a um *espaço* e uma *história* partilhada, cujas origens podem remeter para o domínio da religiosidade e do mito: “*a Paisagem deverá, assim, expressar ideologias, imaginários e crenças, mas também sensações e identidades [colectivas]*” (Valera, 2000b, p. 120).

Assim, aceita-se que a escolha de um local para o estabelecimento de um habitat, de um monumento ou de uma necrópole é feita, também, ponderando as referências significantes na paisagem e não apenas, pela leitura materialista e funcional do espaço: “*all monuments were built in places, and many of those places were selected precisely because they already enjoyed a special significance*” (Bradley, 1993, p. 44).

Criado Boado e Villoch Vázquez (1998) sugerem um método de desconstrução do espaço que possibilita detectar os seus modelos de articulação, permitindo interpretar o sentido original da paisagem arqueológica. Este método contempla a análise fisiográfica e morfológica do espaço, as panorâmicas visuais, as vias naturais de circulação, o uso e ocupação do solo, etc... tendo sido esta a metodologia seguida na análise da nossa área de estudo.

### 3.1. Geografia física

---

As características fundamentais da geomorfologia, definidas por H. Lautensach (Ribeiro, Lautensach e Daveau 1987, p. 119-160) enquadram a área em estudo na zona de transição entre a metade Centro Litoral do Portugal Litoral Médio e o Portugal Meridional.

O Centro Litoral, corresponde à maior parte da actual Estremadura. O relevo da Estremadura é modelado pelas formações rochosas da Orla Mesocenoica, que com uma largura máxima de 60 km, mais ou menos no paralelo de Leiria, se separa do Maciço Antigo pela chamada “falha de Coimbra” (Medeiros, 2000, p. 64).

Este é um espaço de contrastes. O seu principal traço de originalidade física, num relevo dominado pela falta de plasticidade dos materiais da Orla, encontra-se nos Maciços Calcários, que alterando o domínio das ondulações suaves, formam imponentes relevos (Aire — 677 m; Montejunto — 666 m; Arrábida — 500 m), contrastando com os estuários do Tejo e do Sado, onde o litoral se ramifica e o mar encontra o espaço raso para entrar por terra dentro.

Em sentido estrito, a Estremadura é dominada pelo «polimorfismo» desenhado pela variedade geológica dos terrenos: “os arredores de Lisboa, por exemplo, os barros basálticos dão campos limpos e abertos destinados à cultura do cereal; os calcários secundários, charnecas abandonadas ao mato e pasto; os calcários terciários cobrem-se de olivedo; as baixas argilosas, de hortas regadas; o pinhal reveste as colinas de arenito improdutivo” (Ribeiro, 1998, p. 154)

As características geomorfológicas principais do Portugal Meridional são devidas às duas extensas bacias terciárias do Tejo e do Sado. Estas são áreas de subsidência recente, preenchidas por detritos continentais do Miocénico e do Pliocénico: “no vale do Tejo, o assoreamento chega a ter 13 km de largura e segue até 100 km a montante de Lisboa, onde o nível médio das águas do rio tem a altitude de apenas 18 m. Como os dois rios [Tejo e Sado] não acabaram ainda o assoreamento resultante da subida pós-glaciária do nível do mar, desaguem em baías de transgressão” (Ribeiro, 1987, p. 158).

No conjunto, esta paisagem adquire uma morfologia dominada por vastas áreas planas (abaixo dos 200 m), monótonas, unidas em torno do rio, cujas inundações periódicas renovam a fertilidade dos campos — é assim que caracterizamos o Ribatejo.

Em síntese... a área em estudo encontra-se na charneira entre a Estremadura, em sentido estrito (Península de Lisboa) e o Ribatejo, no ponto de contacto entre a Orla Mesocenoica e a Bacia Terciária do Tejo e Sado. Integra-se, ainda, no Sul de Portugal, de influência mediterrânica, conforme o definido por Orlando Ribeiro (1998, p. 152).

Em termos climáticos o Holocénico Médio (8-4 Ka BP) terá sido marcado, em termos gerais, “por um clima sub-húmido, favorecendo a expansão da vegetação esclerófila da *Quercetalia ilicis*” (Mateus e Queiroz, 1993, p. 125). Na bacia do Tejo e Sado, verificou-se o declínio dos pinhais, protagonizado pelo pinheiro bravo, associado à expansão dos urzais altos (*Erica scoparia*) desenvolvidos em simultâneo com o *Quercus coccifera*. À medida que vão crescendo os cordões litorais arenosos, responsáveis pela desactivação dos antigos estuários, a estas espécies junta-se a expansão dos choupais ribeirinhos, no seio das bacias fluviais costeiras.

### 3.1.1. A bacia hidrográfica

A área de estudo foi delimitada pela orla das bacias hidrográficas do Rio de Alenquer, do Rio da Ota e do Rio Grande da Pipa, com uma área aproximadamente de 400 km<sup>2</sup>.

O Rio de Alenquer nasce nas abas da Serra Alta, corre na direcção Oeste-Leste, atravessa a vila de Alenquer e vai desaguar no Tejo lado a lado com o Rio da Ota, próximo de Vila Nova da Rainha.

O Rio da Ota nasce nas faldas da serra de Montejunto, corre de Norte para Sul, passa junto à povoação do mesmo nome e entra no Tejo perto de Vila Nova da Rainha.

O Rio Grande da Pipa, corre de Oeste para Leste, passa junto à povoação dos Cadafais e desagua no Tejo perto da estação do Carregado.

Suzanne Daveau (1980) foi a primeira investigadora a chamar a atenção para a utilidade da Geografia Proto-histórica, como instrumento na orientação das pesquisas em Arqueologia, relacionando a ocupação e abandono de sítios, como Vila Nova de S. Pedro, com a dinâmica evolutiva dos cursos de água adjacentes.

Os rios que serviram de delimitação da área de estudo, há cerca de 10 000 anos, no máximo da transgressão flandriana, devem ter constituído, conjuntamente, uma das ramificações da ria do Tejo.

A ausência de dados paleogeográficos impede-nos de conhecer os efeitos que a oscilação dos níveis das águas do mar tiveram na evolução sedimentar desta região. Como tal, apenas podemos supor que esta acompanha o processo geral de assoreamento das zonas estuarinas.

Assim, e apesar do nível do mar estar estabilizado há, aproximadamente, já 5000 anos, preenchendo, até à altitude de 0 m, a ria ramificada do Tejo e afluentes (Daveau, 1980), o aumento do débito de materiais para o Litoral — acelerando o processo de assoreamento das zonas estuarinas e o crescimento de restingas arenosas que transformaram o litoral no que conhecemos actualmente — parece ter sido um processo intensificado, sobretudo, após a Idade Média (Dias et al., 1997).

Referem os documentos medievais que, no final do século XII, “a maior parte, senão a quase totalidade do alfoz de Alenquer devia encontrar-se em mato maninho”. A compra e arroteamento destas terras deveu-se à acção de D. Dulce (esposa de D. Sancho I) e dos frades cistercienses que “arrotearam e drenaram os terrenos alagadiços, transformando-os em “úberes terras de pão” (Ferro, 1996, p. 117)

“As próprias lezírias só bastante mais tarde começaram a ser aproveitadas. A lezíria da Corte dos Cavalos, que desempenhou importante papel na história local, foi lavrada apenas em 1306” (Ferro, 1996, p. 118). Em 1472, Alenquer mantinha o seu porto em Vila Nova da Rainha onde se fazia o embarque e desembarque das mercadorias agrícolas que abasteciam a cidade de Lisboa.

Assim, a grande transformação física, dos nossos dias, em relação ao período em estudo, dá-se ao nível do actual assoreamento daquela que, terá sido uma das ramificações da ria flandriana do Tejo. Sem pretender ser uma reconstituição, o mapa em anexo (Estampa III) dá-nos uma aproximação credível do que seriam, nesse período, a linha de costa e as principais linhas de água, cuja progressiva evolução nos vai sendo transmitida pelos documentos medievais e pelas alterações das vias tradicionais de circulação.

Assim, o Rio de Alenquer e o Rio Grande da Pipa, só se individualizam da ria frandriana do Tejo, junto de Vila Nova da Rainha e da Quinta do Fidalgo, quando esta se encontra, respectivamente, com os níveis geológicos do Miocénico e do Quaternário. Actualmente, estas localidades estão separadas do Rio Tejo por, aproximadamente, 2 km.

Neste ponto, o Rio de Alenquer seguia como um todo até à actual Quinta do Carneiro, onde ramificava, dando origem ao que designamos por Rio da Ota. Pelas características morfológicas do leito de base, ambos os rios apresentam um caudal diferenciado. O Rio da Ota possui um caudal mais largo. O Rio de Alenquer só o adquire depois de passar o afunilamento do Complexo Basáltico de Runa, em direcção à ria.

O Rio Grande da Pipa adquire a sua maior expressividade de caudal pela junção com o afluente da Ribeira de Santana da Carnota, junto aos Cadafais, prosseguindo, a partir daí, como um todo.

### 3.1.2. *Fisiografia*

Como já foi referido, a área em estudo enquadra-se no ponto de contacto entre a Orla Mesocenoica Ocidental e a Bacia Terciária do Tejo e Sado. As formações do Jurássico ocupam, aproximadamente, 60% da área em estudo. O «complexo de Cheganças (Alenquer) e Casais (Carregado)» constituem, juntamente com o declive oriental da Serra de Montejunto, o ponto de contacto destas com as formações do Terciário.

As rochas mais antigas, presentes na área em estudo, são «Camadas de Montejunto e de Cabaços» (Jurássico) que ocupam o topo e a vertente NE da Serra de Montejunto, consistindo num complexo calcário, com uma consistência que oscila entre o fino e o margoso, podendo apresentar algumas intercalações xistosas. Neste complexo é susceptível a ocorrência de formações siliciosas, sendo conhecidos alguns locais onde o sílex surge em bancada (Zbyszewski, 1965, p. 30):

- “corte de Cabanas de Torres e do Vale das Cortes (Flanco Sul da Serra de Montejunto) foram detectadas lentilhas achatadas de sílex branco ou cinzento inserido nas bancadas delgadas de calcário margoso”.
- “um corte moderno realizado pelos Serviços Geológicos no flanco W da serra de Montejunto” nas proximidades da cota 546, a 900 m do barranco do Convento de S. João, foi encontrado sílex abundante inserido nas bancadas delgadas de calcário”.

A «Camada de Abadia» (Jurássico) ocupa, aproximadamente, 60% da área total da bacia do Rio Grande da Pipa, consistindo num complexo argilo-margoso, com cerca de 800 m de espessura, constituído por argilas e margas cinzentas, com intercalações areníticas. Os estratos mais antigos afloram na área entre Arruda dos Vinhos e Cachoeiras em posição horizontal e sub-horizontal (Machado, 1991).

As margas são por vezes arenosas e micáceas e contendo nódulos calcários ou limoníticos, bem como intercalações de arenito.

Estreitas faixas de «Calcário Corálicos de Amaral» (Jurássico) encontram-se, com pequenas interrupções, a delimitar e a contornar o flanco N-W-S do maciço de Montejunto, assim como o flanco N-W do complexo argilo-margoso das «Camadas de Abadia». Este é constituído por formações de calcário oolítico e recifais, apresentando, lateralmente, variações mais ou menos importantes de fácies e de espessura.

O «Complexo pteroceriano» inclui os «Calcários de Ota, Alenquer e Silveira» (Jurássico) e abrange toda a parte Oeste da área de estudo, desde a zona do Tejo, junto a Vila Franca de Xira até á base da Serra de Montejunto. Esta formação é composta por um nível de grés e margas, mais ou menos fossilíferas.

Os afloramentos «Calcário de Ota, Alenquer e Silveira» (Jurássico) estão na origem de quatro dos importantes relevos da região: a serra da Atouguia, a serra de Ota, o afloramento de Monte Redondo e os afloramentos calcários do Vale da Ribeira de Alenquer. Estes são calcários, por vezes margosos, aparecem em bancadas compactas, por vezes desagregadas e dando passagem a um grés micáceo.

Do período Cretácico, apenas existem os afloramentos de «Grés de Torres Vedras — Albiano, Aptiano e Neocomiano». Trata-se de um complexo de conglomerado e de grés, de granulometria variável, esbranquiçados e amarelados, por vezes ferruginosos, com algumas intercalações de argila cinzenta ou arroxeadas. Este está presente no afloramento de Sobrosas, e no afloramento de Sarraipas.

Como já foi referido, o «Complexo de Cheganças (Alenquer) e Casais (Carregado)» separa as formações do Mesozóico (Jurássico-Cretácico) das do Terciário (Oligocénico-Miocénico). Trata-se de um complexo de grés, argilas e calcários, orientado em sentido N/S entre Ota e Alenquer, terminando na Quinta da Marquesa, junto à ponte da Couraça.

A grande componente litológica da metade W da área em estudo é composta pelo «Complexo helveciano e burdigaliano de Ota, Camarnal e Vale de Moura». Este é composto por grés, argilas, areias, margas por vezes com concreções calcárias. Os seus afloramentos estão bem representados entre Ota, Archino, Camarnal, Guizanderia e Vila Nova da Rainha.

O depósito de antigos terraços fluviais, estão limitados à zona entre Vila Nova da Rainha e Carregado. Tratam-se de antigos terraços do Tejo e de alguns afluentes, tais como o Rio da Ota, Alenquer e a Ribeira de Cadafais. São compostos por argilas e areias encontrando-se bastante recortados pela erosão.

Os aluviões modernos têm o seu maior desenvolvimento nas lezírias do Tejo, presentes no canto S-SE da área em estudo. Podem atingir cerca de 60 m de espessura e são compostos de areias e lodos. Estes prolongam-se pelos vales das principais linhas de água: Rio de Alenquer; Rio da Ota e Rio Grande da Pipa.

Por último, salientamos os numerosos afloramentos de rochas eruptivas (andesitos, traquitos, doleritos, teschenitos, basaltos...) junto dos quais podemos encontrar minério de malaquite e azurite, de onde é extraído o cobre sob a forma de afloramentos e chaminés que se localizam na região de Cadafais e de Arruda dos Vinhos.

Em conclusão... a área em estudo é constituída por rochas variadas, sedimentares e vulcânicas, da era secundária, terciária e quaternária. De uma maneira geral, litologia e estrutura determinam as grandes formas de relevo: a alternância de materiais resistentes (calcários, conglomerados) e brandos (margas, argilas), aliada à disposição monoclinal do relevo, permitiram a formação de um amplo anfiteatro que, desde as faldas de Montejunto, se estende até à planície da Borda d'água.

De modo geral, a área em estudo pode dividir-se em três zonas bem distintas: “a *zona serrana* com altitudes máxima, média e mínima respectivamente de 666, 260 e 129 m; a *zona sub-serrana* com 280, 150 e 22 m e finalmente, a *zona de planície* que corresponde à parte baixa com altitudes, aproximadas, de 50, 30 e 4 m” (Melo et al., 1989, p. 16).

A passagem entre as áreas de topo e a área mais deprimida é feita, de maneira geral, através de vertentes de declive suave, extensas, por vezes com forma de *glacis* (Machado, 1991, p. 15). Esta passagem suave é por vezes interrompida pelo depósito dos vales do Rio de Alenquer, do Rio da Ota, do Rio Grande da Pipa e pela Depressão de Arruda dos Vinhos.

### 3.1.3. Usos e recursos

A Serra de Montejunto desempenha um papel determinante na geografia local: a sua linha de cumeada actua como uma divisória meteorológica entre o Sul e o Norte, protegendo a área em estudo dos ventos salinos do noroeste que, à volta dos seus cabeços, formam de vez em quando densas neblinas.

Inúmeras e curiosas tradições e crenças populares vivem ainda na memória das populações serranas: “os cultos da montanha, os ouvidos e os olhos d’água, os tesouros e as grutas, os bichos e os lobisomens, a murta e o alecrim, o leite e o mel, a caça, o pastoreio, e o ano das treze luas constituem, ainda hoje, algumas notas soltas da memória da serra que se apaga e se reparte pelos casais e aldeias de Montejunto” (Melo et al., 1989, p. 281)

Esta encontra-se coberta por um característico manto florestal mediterrânico, constituído por manchas de espécies arbóreas de castanheiros, sobreiros, carvalho, pinheiro, e carrasqueiros, intercaladas com áreas de cultivo e pastoreio. Actualmente, a tendência é para que estas espécies sejam substituídas pelo eucalipto.

“Esta Serra, que se apresenta como «ilha biológica» que emerge em meio de terras lavradas” (Melo et al., 1989, p. 282) abriga uma grande variedade de espécies faunísticas: raposa, gineta, texugo, manguço, gato bravo — apenas, para mencionar algumas das espécies de mamíferos.

Os terrenos do Jurássico são férteis e encontram-se hoje praticamente ocupados pela cultura da vinha. Para além deste cultivo, esta região é ocupada pela cultura do olival, do figueiral, das árvores de fruto e pelos cereais (trigo e centeio) que podemos encontrar desde os tempos medievais. Surgem ainda manchas, mais ou menos contínuas, incultas e que são ocupadas por espécies vegetais de pequeno porte, nomeadamente herbáceas, briófitas e pequenos arbustos mais ou menos dispersos.

Como tivemos oportunidade de constatar a paisagem encontra-se profundamente antropizada, em relação àquele que julgamos ter sido o coberto vegetal, no período em estudo. Com excepção de algumas zonas da Serra, as terras lavradas substituíram a floresta de *Quercus*, que dominava a montanha e as encostas. Esta convivía com espaços abertos “ocupados por pastagens naturais, propícias às manadas de auroques e cavalos selvagens” (Cardoso, 1997, p. 38), deixando espaço para o crescimento do freixo, do choupo e do medronheiro, junto das linhas de água (Sousa, 1998).

### 3.1.4. Vias de comunicação

“Na realidade a estrada é, tal como os restantes elementos da paisagem actual, o resultado de um tremendo esforço do homem no sentido de modificar essa mesma paisagem” (Mantas, 1993, p. 16). É reconhecido que foram os Romanos a empreender uma política sistemática de construção viária de modo a facilitar o controlo e exploração dos espaços recém-conquistados.

Alenquer, mais especificamente a área de Paredes e da Quinta do Bravo, é considerada, pela quase unanimidade dos investigadores que se dedicam ao estudo da presença romana na Península Ibérica, como a *Ierabriga*, referida em algumas fontes antigas.

Localizada a 30 milhas de *Olisipo*, *Ierabriga* foi, possivelmente, um *vicus* com a função de *mansio* atribuída pela sua posição na rede viária. Esta ficava no traçado de dois dos principais itinerários viários romanos — *Olisipo-Bracara* e *Olisipo-Emerita* (Mantas, 1993, p. 16). Estas rotas vão-se adaptar às necessidades da circulação medieval e moderna, persistindo como vias de circulação até aos nossos dias.



As vias romanas são o testemunho de uma civilização. Estas cristalizam, em muitos casos, caminhos naturais trilhados pelo homem e pelos animais em transumância, muitos séculos antes, daí o interesse de se integrar o seu traçado na análise da paisagem pré e proto-histórica. Na área em estudo, a análise das vias de circulação terrestre reveste-se de especial interesse porque permite, não apenas, pressupor os locais naturais de passagem e correlacioná-los com os diversos locais de assentamento humano, como também, conjecturar sobre o assoreamento das linhas de água que constituíram a ria flandriana de Alenquer.

Na área em estudo, interessa-nos os seguintes traçados:

Romano:

- Traçado da estrada *Olisipo-Bracara* — troço *Olisipo-Scallabis*
- Traçado da estrada *Olisipo-Bracara* — *deverticulum* entre *Ierabriga* e *Scallabis* por Escaroupim
- Traçado entre *Chretina* (Torres Vedras) e *Ierabriga*

Medieval:

- Estrada Lisboa-Santarém
- “Estrada de Lisboa para Alenquer”
- Estrada de Alenquer para Torres Vedras
- Estrada de Alenquer para Caldas da Rainha

Estas vias seguem, normalmente, o caminho delimitado pela proximidade com as linhas de água, aproveitando as portelas naturais de passagem para contornar as elevações criadas pelo terreno.

No período romano (Mantas, 1993), a via atravessava o Rio Grande da Pipa, na ponte da Couraça onde ainda hoje este é atravessado quando se circula pela EN1, em direcção a Alenquer.

Nesse período, o Rio de Alenquer era atravessado perto da Quinta do Bravo, num local onde as cotas rodam os 15 m, depois a via seguia em direcção a nordeste, contornando a vasta zona alagadiça do Paul da Ota (junção do Rio de Alenquer, de Alvarinho e da Ota).

O Rio da Ota era atravessado em dois locais: nas pontes de S. Bartolomeu e junto à Quinta de Vale de Mouros, caso se pretendesse ir para *Scallabis*, respectivamente, por Pontével (*Ponte Velha*) ou pelo *deverticulum* que seguia pelo vau de Escaroupim, importante ponto de passagem do Rio Tejo.

O traçado entre *Ierabriga* e *Chretina* fazia-se seguindo, em parte, a linha de água da Ribeira de Santana da Carnota, prosseguindo depois pela linha de festo que separa os afluentes da bacia hidrográfica do Rio de Alenquer e do Rio Grande da Pipa.

No período Medieval, os caminhos traçados continuam a ser utilizados. A ponte da Couraça é ainda o ponto de passagem do Rio Grande da Pipa, contudo, esta zona está cada vez mais assoreada, aproximando-se da realidade actualmente conhecida. Quando se tomava o caminho em direcção ou a Santarém ou a Torres Novas, deixava de ser necessário ir a Alenquer contornando o Paul da Ota, seguia-se directamente pelo Carregado, passando por Vila Nova da Rainha (localidade já assinalada em 1232) onde se faria, como actualmente, a travessia simultânea, do Rio de Alenquer e do Rio da Ota.

O caminho entre Alenquer e Caldas da Rainha, era feito pela actual EN1, passando pela Ota e pelo Cercal. “Este caminho pela Ota era também muito percorrido, servindo como de espinha dorsal da Estremadura. Trilhavam-no frequentes vezes os frades de Alcobaça e os seus emissários, em direcção à granja da Ota ou mesmo a Alenquer” (Ferro, 1996, p. 198). Entre 1437 e 1440 os emissários do mosteiro de Alcobaça foram a Ota cerca de 31-32 vezes.



### 3.2. Geografia humana

---

A referência às vias de comunicação terrestres não é inocente, como nada o é, ainda que inconscientemente. Estas, em conjunto com as principais linhas de água, revelaram-se como os grandes pólos estruturantes da ocupação humana no espaço.

Já tivemos oportunidade de referir os objectivos e as limitações de uma prospecção orientada para a realocação dos sítios arqueológicos conhecidos, na área em estudo. Não obstante, foram identificados 33 sítios arqueológicos distribuídos por um espectro cronológico que medeia, genericamente, entre o Neolítico Final e o Bronze Final.

Temos conhecimento directo e indirecto da existência de 30 sítios com vestígios de ocupação integráveis, cronologicamente, dentro do Neolítico Final/Calcolítico. De entre estes, 25 são sítios de habitat, ou sítios onde se desenvolveram actividades co-relacionáveis. Os restantes são sepulcros — grutas e antas. Existe, desde logo, uma desproporção no conhecimento disponível para os distintos tipos de sítio.

Perante o registo efectuado, uma das questões que se levanta é a da dicotomia entre “povoados fortificados” e “espaços abertos”. Entre estes, apenas dois — Pedra de Ouro e Castro da Ota (se considerarmos que, dentro da sua vasta diacronia de ocupação, a construção do recinto murado remonta ao Calcolítico, eventualmente, Tardio) — se encontram circunscritos por recintos murados.

Estes números confirmam os testemunhos existentes, para a actual Estremadura. A investigação tem vindo a demonstrar que, os povoados fortificados não são a forma exclusiva, nem sequer maioritária, no povoamento do Calcolítico. Estes, pela monumentalidade das suas estruturas, são, simplesmente, aqueles que mais têm atraído a atenção dos investigadores.

A título de exemplo, podemos citar o Zambujal, de *per si* alvo de uma extensa publicação, mas “Spindler has identified ten of smaller non-fortified or slightly fortified sites around Zambujal” (Lisboa, 1995, p. 149), onde nunca foram realizados estudos que permitissem estabelecer uma leitura de conjunto, imperativa para a compreensão da dinâmica entre o Homem e o Espaço.

Temos conhecimento da existência de uma ocupação dispersa ao longo das principais vias de comunicação, como seja, aquela que se rastreia junto às estradas que ligam, actualmente, Alenquer a Torres Vedras e as Caldas da Rainha, e cuja antiguidade do traçado já tivemos oportunidade de abordar.

Este tipo de sítio, situados em plataformas abertas vêm multiplicando-se um pouco por toda a Estremadura, e parecem corresponder à implantação, por exemplo, do sítio de Barroinhos.

Saíndo desta análise generalista, e passando para uma abordagem mais pormenorizada, possibilitada pelo conhecimento da localização dos sítios e pela presença de materiais que nos permitem centrar no tempo e no espaço a realidade observada, desconstruímos aquilo que julgamos ser parte da estratégia inerente à ocupação dos sítios.

Localizamos dois povoados delimitados por recintos murados — Pedra de Ouro e Castro da Ota — e dois povoados sem estruturas muralhadas, conhecidas até ao momento — Alto do Pedregal e Forte do Passo. Em comum, a presença de cerâmica decorada com «folha de acácia», demonstrando que partilharam — se não uma contemporaneidade *lato sensu* no Calcolítico Pleno — a mesma identidade estilística.

A selecção destes locais parece adequar-se ao que Ana Catarina Sousa define como estratégia preferencial de ocupação do espaço durante o Calcolítico estremenho, como seja a escolha de pontos destacados na paisagem, que “não privilegia necessariamente os pontos mais elevados, mas antes locais de altitude média, com áreas de ocupação restrita” (Sousa, 1998,

p. 55). De salientar que, de entre a referida variedade geológica da área em estudo, a escolha destes sítios recai, exclusivamente, sobre elevações calcárias.

Existem, pelo menos, duas estratégias dedutíveis da ocupação destes locais. Dois deles — Castro da Ota (amuralhado) e o Alto do Pedregal (muralha desconhecida) foram seleccionados em função do controle dos dois principais braços de água da ria flandriana. Os restantes — Pedra de Ouro (amuralhado) e Forte do Passo (muralha desconhecida) têm inerente o controle de vias de circulação terrestre.

Assim, o Castro da Ota encontra-se a 169 m de altitude, sobre uma elevação delimitada, em quase toda a circunferência, por uma escarpa calcária. Esta encontra-se debruçada, directamente, sobre o actual Rio da Ota. Este era outrora, o ponto exacto de contacto entre o rio e a ria. Para montante, ficaram as pequenas linhas de água que correm desde a Serra de Montejunto. Para jusante, começa a ria e a zona das planícies inundáveis.

A visibilidade para este sítio é grande, possibilitada pela escarpa branca e reforçada pela presença de muralhas. Deste sítio, a visibilidade é de longo alcance, mas direccionada para a ria e para a planície que a circunscribe.

O Alto do Pedregal tem inerente uma intencionalidade idêntica ao do Castro da Ota, aplicável ao braço da ria, na origem do actual Rio de Alenquer. Este local é um ponto destacado na paisagem, situado no ponto de contacto entre a planície, formada pelo complexo detrítico, e a região subserrana dos afloramentos calcários e do complexo de grés e margas.

Tal como o Castro da Ota, este é um ponto de charneira, não só na morfologia e geologia da paisagem, mas também em relação ao comportamento das linhas de água que, para montante adquirem uma substancial redução do caudal, questionando-se se, à época, tal terá tido, ou não, implicações ao nível da navegabilidade.

Não obstante possuir uma visibilidade de longo alcance sobre a planície e a ria, curiosamente, o Alto do Pedregal perde, em si, a visibilidade monumental que possui o Castro da Ota. Esta deve-se à ausência de estruturas amuralhadas, mas também à própria escolha do local. A visibilidade que se tem para este sítio é de alguma forma toldada pelo cabeço do Alto da Forca. Este cabeço está-lhe subjacente, possui a mesma altitude e aparece, primeiramente, na linha do horizonte. Contudo, não é de calcário.

Em relação ao terceiro braço da ria, na origem do Rio Grande da Pipa, gostaríamos muito de poder enquadrar o sítio dos Cadafais, indicado como Castro na *Carta Geológica de Portugal* (Zbyszewski, 1965), na mesma contemporaneidade cronológica e/ou simbólica dos restantes. Contudo, os materiais que possuímos para o local não nos permitem precisar uma cronologia, dentro do Neolítico Final/Calcolítico, para este local, o que nos levanta algumas reservas.

Todavia, este é um sítio implantado numa plataforma calcária, alongada com vertentes pouco pronunciados, mas com uma visualização acentuada na paisagem e, com uma visibilidade de longo alcance que, actualmente, se estende até ao Rio Tejo. Controlou, em dado momento da sua história, não só um braço de ria, como também, uma via terrestre de circulação que se consubstancia, actualmente, na “estrada de Lisboa para Alenquer” (Ferro, 1996, p. 197).

A coincidência de sítios junto aos principais braços da ria flandriana, estende-se à restante Estremadura, como seja Leceia — em relação com a ribeira de Barcarena; Zambujal — em relação com o Sizandro; Vila Nova de S. Pedro — em relação com a ribeira de Rio Maior; Outeiro da Assenta — em relação com a Lagoa de Óbidos.

Estes sítios vêm confirmar a sugestão de Suzanne Daveau, segundo a qual a implantação de alguns habitats calcolíticos foi feita em função do litoral flandriano. Contudo, os estudos efectuados sobre a Pedra de Ouro e o Forte do Passo vêm demonstrar que esta não foi a única premissa tida em linha conta, inclusivamente, na implantação dos povoados fortificados.

A Pedra de Ouro localiza-se sobre uma elevação calcária de 236 m, sobranceira à Ribeira de Santana da Carnota, afluente do Rio Grande da Pipa. Esta é uma ribeira de caudal permanente, mas sem grande expressividade. Terá sido um afluente, um pequeno contributo, e não um braço de ria.

Assim, contrariamente ao defendido (Senna-Martinez, 1994, p. 170), a localização deste sítio não foi seleccionada directamente em função da “ria de Alenquer”, mas com o objectivo de controlar uma via de circulação terrestre consubstanciada, actualmente, na estrada que liga Alenquer a Torres Vedras, que se cristalizou, pelo menos, desde o período romano (Mantas, 1996), e que pode ter tido um caminho possível passando pelo Penedo e pela Fórnea.

A Pedra de Ouro tem vários pontos em comum com os sítios seleccionados em função da ria: a escolha da geologia — calcária; a escolha da altimetria — pontos de altitude média; a morfologia da plataforma — reduzida e acessível apenas por uma das vertentes; hidrografia — debruçada sobre uma linha de água.

Todos estes elementos apontam no sentido de uma mesma unidade na selecção e concepção da paisagem enquanto espaço. É a funcionalidade que se pretende para o local que faz divergir em pequenas nuances a unidade do conjunto.

Assim, a Pedra de Ouro diverge em dois elementos determinantes — a área de visualização e de visibilidade. Estas, contrariamente ao que foi descrito para os restantes sítios, são de curto alcance. A visibilidade que se tem para o exterior é toldada pela posição e pela altimetria das elevações que a rodeiam. Estas formam uma cortina que centram o campo de visibilidade num pequeno troço de vale, que acreditamos ter servido como via pedestre de circulação de pessoas e animais. Estando no vale, é preciso entrar no campo de visibilidade do povoado, para se ter a visualização do mesmo.

Em relação aos limites do campo de visibilidade para o exterior da Pedra de Ouro, a Gruta dos Refugidos — que sabemos contemporânea deste povoado pelo menos na presença campaniforme — parece ser o limite sul do mesmo. Mais, a Gruta dos Refugidos situa-se, sensivelmente, no final norte da linha de visibilidade do sítio dos Cadafais e no início da linha de visibilidade sul da Pedra de Ouro.

Logicamente, no actual estado dos conhecimentos, estas não são certezas, são hipóteses levantadas, que esperemos o futuro da investigação venha a confirmar.

Em relação ao Forte do Passo, este local ocupa uma elevação calcária, de 286 m, debruçada sobre o troço inicial do Rio Grande da Pipa. Este é um ponto destacado na paisagem delimitado por escarpa.

Apesar da altimetria apresentada, este local enquadra-se dentro da estratégia definida para o sítio da Pedra de Ouro. Possui, igualmente, uma área de visibilidade e de visualização reduzida, limitada pela morfologia das elevações envolventes. O campo de visibilidade para o exterior concentra-se num pequeno troço de vale, portela natural de passagem onde, actualmente, se circula pela estrada nacional n.º 533, que liga Arruda dos Vinhos a Torres Vedras. Não encontramos elementos que nos indiquem a antiguidade desta estrada. Contudo, esta indica-nos a viabilidade do traçado, na travessia do interior em relação à zona ribeirinha e costeira.

A existência de sítios implantados em locais com “boas condições naturais de defesa”, mas sem muralhas, é conhecida na Estremadura, como seja o caso da Parede, que partilha, por exemplo, com o Castelo de Alenquer, a presença de campaniforme “tipo Palmela”.

Relativamente aos espaços de sepulcro, existem poucos sítios conhecidos e o que se sabe sobre estes não passa de meras referências em estudos antigos. Conhecem-se, actualmente, na área em estudo inumações em gruta: Algar do Bom Santo, em estudo pela Dr.<sup>a</sup> Cidália Duarte, com uma cronologia do Neolítico Final, e a Gruta dos Refugidos, esta referida como

calcolítica por Vera Leisner (1965), que forneceu um conjunto de ossadas estudadas no início do século passado (Athayde, 1933).

Contudo, este foi um estudo sumário orientado para a identificação da espécie e do género humano, não fornecendo, por este motivo, informações de maior para a arqueologia. Sabemos apenas, que foram identificados vários enterramentos de crianças, algumas das quais estavam na primeira infância, um jovem, vários indivíduos adultos, entre os quais um masculino e um feminino com mais de 60 anos.

Em relação aos materiais da Gruta dos Refugidos — aquela que pela cronologia se aproxima mais do período em questão — é referida em bibliografia a recolha de um campaniforme sem decoração (Forma cerâmica que tem vindo a ser considerada já perto da I Idade do Bronze (Senna-Martinez, 1994b). Tivemos oportunidade de desenhar três peças cerâmicas (Estampa X) que se encontram no Museu Municipal Hipólito Cabaço, uma delas uma pequena taça de pé alto sem decoração, tipologicamente próxima ao exemplar da Gruta I de São Pedro do Estoril (Cascais), portadora de decoração a pontilhado, característica do Grupo Palmela.

A localização da Gruta dos Refugidos foi assinalada (Estampa III) de acordo com a sua posição na Carta Geológica de Portugal, folha 30D (Zbyszewski, 1965). Actualmente, e apesar dos nossos esforços em encontrar a sua abertura, esta deve ter abatido ou estar indetectável debaixo da vegetação que cobre o local assinalado.

Esta é uma gruta natural situada na zona de contacto entre o complexo argilo-margoso e o calcário, localizada na margem direita da Ribeira de Santana da Carnota. Já tivemos oportunidade de referir a sua localização em relação ao ponto de contacto entre a órbita visual do castro da Pedra de Ouro e dos Cadafais, em relação aos quais — Pedra de Ouro (?) — pode ter servido como necrópole.

Na área em estudo é referida ainda, a presença de grutas artificiais a oriente do Castro da Ota, na margem esquerda da ribeira (Barbosa, 1955). Infelizmente, até ao momento, ainda não foi possível confirmar essa informação. São, igualmente, conhecidas algumas referências a topónimos onde existiriam grutas sepulcrais (Paço, 1966) sem que nada esteja confirmado — Águas e Cruz do Bufo.

Na Estremadura, pela especificidade do seu substrato geológico, as grutas naturais e artificiais parecem ter sido o espaço privilegiado de inumação durante o IV e o III milénio a.C., substituindo os monumentos dolménicos que, nesta área geográfica, parecem ter sido escassos.

Não obstante, são conhecidas na área em estudo, algumas referências a antas. Muitas não passam de simples topónimos [Antas (Paço, 1966); Sítio de Malhães (Vasconcelos, 1919-1920)], outras aliam o topónimo (Antas de Baixo) aos vestígios arqueológicos, como seja o exemplo da denominada Anta da Arruda. Esta, juntamente com o Paiol e a Quinta do Vale das Lajes, parece constituir testemunhos da existência de um megalitismo funerário, na área em estudo.

Não possuímos grandes informações sobre este tipo de monumentos. Os materiais que existem no Museu Municipal Hipólito Cabaço com a referência de pertencente ao Paiol e à Quinta do Vale das Lajes, não se distinguem dos restantes individualizados como achados isolados ou dispersos, são somente materiais de pedra polida, nalguns casos, com traços de utilização. Estes levantam-nos algumas dúvidas se terão pertencido aos monumentos megalíticos referenciados em bibliografia, ou a uma ocupação diferenciada. Assim sendo, a indicação que possuímos para a existência deste tipo de monumentos é simplesmente escrita (Leisner, 1965; Simões, 1994) sem indicações adicionais que nos permitam caracterizá-la.

A Anta da Arruda é o único monumento funerário megalítico caracterizável na área em estudo. Localizava-se numa chã aplanada, a uma altitude de cerca de 100 m, na área subser-

rana, sobre o complexo argilo-margoso da «Camada de Abadia». De referir que do ponto de vista de ocupação da paisagem, este é a única forma de ocupação humana, conhecida até ao momento, e assente sobre este complexo. Os restantes sítios existentes nesta área, como seja, a Gruta dos Refugidos, a Pedra de Ouro, o Castro da Curvaceira, e o Forte do Passo, localizam-se em torno deste complexo, sobre calcários.

Este complexo geológico é, até ao momento, caracterizado pela presença da Anta da Arruda, pela ausência de outros vestígios arqueológicos, e pela proliferação de topónimos que referenciam a possível presença de antas — Casais da Anta de Cima; Anta de Baixo; Monte da Anta.

A Anta da Arruda era o maior monumento de um conjunto que incluía, pelo menos, duas antas. Possuía uma câmara trapezoidal alongada, aberta a nascente, com um comprimento máximo de 10 m e uma largura máxima de 5 m, restando 12 esteios no tempo de V. Leisner. Todos os esteios eram de grés micáceo ou de cimento calcário do Jurássico, cuja distância mais próxima se localiza, em linha recta, a aproximadamente 3,75 km.

Como tivemos oportunidade de referir neste texto, temos conhecimento de 3 sítios, com materiais atribuíveis ao Bronze Final — Abrigada, Moinho do Raposo e Serra da Neve. Estes são caracterizados pelos achados de materiais metálicos, isolados ou em “esconderijo”. Testemunhos de uma ocupação cuja forma de habitat e necrópole permanece, em grande medida, incógnita para a investigação arqueológica.

Infelizmente, estes são achados descontextualizados, o que não nos permite esclarecimentos sobre o tipo de povoamento do Bronze Final, na área em estudo. Contudo, os dados disponíveis para a restante Estremadura, parecem apontar para a ocupação de “pontos destacados na paisagem e com dimensões que raramente ultrapassariam o meio hectare, enquadrados por outros de muito menor dimensão e que não ultrapassariam a funcionalidade de um “casal agrícola” (Melo e Senna-Martinez, 2000, p. 102).

Curiosamente, a ocupação deste período faz-se na continuidade da estratégia definida anteriormente, ou seja, controlando as portelas e as principais vias de comunicação.

Em suma... temos o sítio da Pedra de Ouro, como um caso específico de estudo, cujos elementos nos permitem integrá-lo, dentro do ambiente humano e geográfico existente na sua envolvente imediata, e na sua envolvente regional.

Foram múltiplas as opções e terão sido múltiplas as motivações para as distintas formas de implantação no Espaço. Contudo, no actual estado de conhecimentos, é limitativo reduzir as explicações a uma dependência funcional, económica e estratégica, em relação a um ponto central, como o que se pretende por exemplo para o Penedo (povoado agrícola) e a Fórnea (atalaia), em relação ao povoado do Zambujal.

Os lugares são referências na paisagem. Temos poucos dados que nos permitam estabelecer cronologicamente essas referências, numa sequência de antes e depois, para perceber quais os sítios que foram ocupados antes, durante e após a Pedra de Ouro.

Contudo, dentro do vasto período que podemos designar por Calcolítico Pleno — com presença de cerâmica decorada com «folha de acácia» — parece ter existido uma simbiose entre o Homem e natureza. A ocupação da paisagem faz-se através da selecção de sítios específicos, para corresponder a funções determinadas, uma das quais, parece ter sido, o controlo de pontos naturais de circulação, sejam estes terrestres ou fluviais.

Esta ocupação marca uma diferença entre quem está e quem passa. Entre o nós e o eles. Usa-se a posição estratégica para reforçar a presença do grupo cuja coesão e magnitude se publicita para o exterior através da presença de algumas construções monumentais.

